

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.035

A SUPERPROTEÇÃO PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Mariana Ferraz¹

Beatriz Vieira Barone²

Marília Carollyne Soares de Amorim³

RESUMO

A superproteção parental de pessoas com deficiência ocorre quando os pais, com a intenção de proteger seus filhos com deficiência, acabam restringindo suas oportunidades de autonomia, desenvolvimento e participação em atividades cotidianas. Este comportamento, muitas vezes motivado pelo medo de que a criança ou adolescente sofra discriminação, falhas ou dificuldades, pode interferir no processo de aprendizagem e na construção da independência do indivíduo. O presente trabalho teve como objetivo investigar, por meio da literatura atual, os impactos da superproteção parental na vida de pessoas com deficiência, em especial no ambiente escolar. O trabalho consistiu em uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. A pesquisa revelou que, embora a intenção dos pais seja proteger, essa superproteção pode gerar efeitos negativos, como a dependência excessiva, dificuldades de socialização e até mesmo a limitação das capacidades cognitivas e emocionais dos filhos.

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - SP, mariana.ferraz@estudante.ufscar.br;
- 2 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) , beatriz.barone@estudante.ufscar.br;
- 3 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mariliaamorim@estudante.ufscar.br;

Muitas vezes, os pais podem não perceber que sua ação impede a inclusão plena de seus filhos em atividades escolares e sociais, portanto, é necessário um repensar das abordagens parentais e educativas, buscando estratégias que incentivem o desenvolvimento da autonomia e a participação ativa das pessoas com deficiência, tanto na escola quanto na sociedade. A pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelas famílias e aponta a necessidade de oferecer suporte psicológico e orientação para os pais, a fim de promover um equilíbrio saudável entre proteção e a promoção da independência dos filhos com deficiência.

Palavras-chave: Autonomia, Inclusão, Educação Especial.

INTRODUÇÃO

A Convenção do Direito das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), define pessoas com deficiência como aquelas que possuem impedimentos de longo prazo, de diferentes ordens, como física, mental, intelectual ou sensorial. Ainda acentua, a relação deste público com o meio social, o qual, diante de barreiras expostas, tornam-se elementos impeditivos da participação desses sujeitos na sociedade, seja referente ao espaço físico para a livre circulação que demanda impossibilidade efetiva para a igualdade de condições ou no acesso em diferentes âmbitos.

Nessa direção, a referência de deficiência se desloca da visão médica, centrada no sujeito para o meio social, ou seja, a existência de uma relação entre deficiência e impedimentos condicionados por barreiras existentes na sociedade. De forma específica, se tem o surgimento do modelo social de deficiência voltado para barreiras, sejam estas sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas que levam a formação da visão sobre as diferenças enquanto impedimentos e inviabilizam a igualdade de condições para a participação em diferentes contextos, em especial, no espaço escolar (Araújo, 2021; Tibyriçá; Mendes, 2023).

A partir da formação de um novo conceito sobre a relação entre deficiências e meio social, foram condicionadas a necessidade de formulação de políticas públicas que atuem, intervindo como facilitadoras da efetivação dos direitos, econômicos, sociais e culturais, para todas as pessoas (Araújo, 2021). Foi a partir da visibilidade ao modelo social social de deficiência que as desvantagens, antes, relacionada exclusivamente ao aspecto biológico de cada sujeito foram relacionadas a imposições sociais de cada ambiente (Barbosa et al, 2009).

Com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), em seu o artigo 1º, sinalizou a necessidade de assegurar e prover para as pessoas com deficiência, condições para poderem usufruir dos seus direitos enquanto cidadãos, em condição de igualdade, pensando em sua inclusão

social e conseqüentemente prover cidadania. Neste viés, operacionalizar ações para a inclusão das pessoas com deficiência ainda constitui-se em um desafio em diferentes âmbitos, perpassando pela superação de visões estereotipadas, construídas ao longo do processo histórico para a consolidação de novas referências sobre a deficiência, no agir no meio social e no processo para tornar a vivência acessível.

Dentro desse processo, tem-se a estrutura familiar como papel primordial para o desenvolvimento da pessoa com deficiência e na busca para fazer valer os direitos adquiridos

na sociedade. Assim, nas mudanças já evidenciadas, referente a aquisição dos direitos, têm participação ativa dessa instância familiar, que em determinado período tiveram atuação mais limitada, dentre os motivos, visões sobre a incapacidade, relacionada à deficiência.

O processo limitador decorria do conhecimento reduzido sobre a deficiência, delineada pela ideia de correção dos sujeitos, proveniente do modelo médico. Ao serem evidenciados novos conceitos no meio social, pautado no modelo social da deficiência, o papel da família se fortaleceu para junto às demais instâncias conduzirem atuação decisiva nas políticas públicas (Augusto; Chacon, 2011). De forma geral, a família tem papel central na proteção, cuidado e orientação da pessoa com deficiência para uma vida em que possa usufruir, plenamente, de seus direitos.

A relação entre os membros de cada família, a partir de suas percepções, ou seja, seu conhecimento, questões econômicas, são aspectos definidores do percurso de vida a ser construídos pelas pessoas com deficiência, a medida que definem seu tratamento, opções de escolarização, dentre outras necessidades, acompanhando-os e palpitando acerca dos serviços que são designados (Augusto; Chacon, 2011). Nesse meio, ainda se tem fatores limitadores, dos quais, a superproteção parental, que, em decorrência das limitações do meio social gera um maior cuidado, proteção excessiva, que em determinados momentos pode se apresentar como fator limitador para a pessoas com deficiência vivenciar suas experiências,

ser expostos no meio social, resultando em impedimento para o processo de desenvolvimento.

Na definição de superatenção parental, cabe acentuar que diversas razões levam um casal a planejar a chegada de um filho e a se preparar para recebê-lo. Desde o início da gestação, os pais constroem mentalmente uma imagem da criança esperada. Quando o bebê nasce com alguma deficiência, essa realidade inesperada rompe com as expectativas criadas, gerando um impacto significativo na família. Essas crianças demandam um acompanhamento contínuo em saúde, que envolve um conjunto articulado de serviços para além da assistência médica e de enfermagem, abrangendo também reabilitação, terapias, apoio educacional, assistência social e orientação familiar (Fiamenghi Junior; Messa, 2007).

Essa situação demanda dos pais uma ressignificação de seus papéis, exigindo um reposicionamento claro, ainda que desafiador, mas indispensável para poderem se adaptar às necessidades de acolhimento, tanto emocional quanto física. Diante dessa nova e inesperada realidade, manifesta-se a superproteção, caracterizada por um cuidado excessivo que, embora motivado pela intenção de proteger, acaba por representar um obstáculo ao desenvolvimento integral da criança. Essa postura, ao restringir o acesso a experiências cotidianas fundamentais, compromete o fortalecimento da autonomia e a construção de habilidades sociais essenciais à infância (Silveira; Neves; Paula, 2013).

Brandão (2019) conceitua a superproteção como estilo de criação no qual pais ou responsáveis buscam resguardar os filhos excessivamente frente a qualquer adversidade, risco ou frustração. Tal conduta pode se manifestar de diversas maneiras, como no controle rigoroso das decisões que caberiam às próprias crianças, na tentativa constante de evitar que enfrentem erros ou decepções e na intervenção direta para solucionar situações que poderiam ser resolvidas de forma autônoma. Além disso, esse comportamento inclui a proteção intensiva frente a riscos físicos e emocionais, restringindo vivências e limitando oportunidades de aprendi-

zado e desenvolvimento, com o objetivo de poupar os filhos de qualquer sofrimento ou desconforto.

Nesse meio, cabe destacar a relação entre superproteção e deficiência. Na deficiência, conforme indicado pelas concepções contemporâneas como o modelo social, não é vista somente como uma limitação individual, mas como uma interação entre as barreiras impostas pelo meio e as condições específicas da pessoa. Assim, mais do que um déficit pessoal, a deficiência envolve fatores contextuais e sociais que dificultam a plena participação em igualdade de condições (Piccolo, 2022). Destarte, a família se torna um dos principais pilares no desenvolvimento da pessoa com deficiência, oferecendo o suporte emocional, afetivo e prático necessário para que ela enfrente desafios, desenvolva habilidades e conquiste sua autonomia (Aguiar; Morais, 2022).

Como já mencionado, é comum que o diagnóstico de uma deficiência provoque sentimentos intensos nos pais ou responsáveis, como medo do sofrimento futuro, culpa por acharem que poderiam ter evitado a situação, somado a ansiedade em relação às incertezas do desenvolvimento da criança. Essas emoções, embora compreensíveis, podem gerar comportamentos superprotetores. Na tentativa de proteger seus filhos de frustrações, perigos ou discriminação, muitos pais acabam assumindo uma postura controladora e evitam que a criança ou jovem enfrente desafios cotidianos necessários ao seu crescimento (Santos; Gomes; Borges, 2025; Aguiar; Morais, 2022).

Embora motivada por uma intenção positiva, como o cuidado, a superproteção pode comprometer significativamente o desenvolvimento emocional, social e funcional da pessoa com deficiência. Ao impedir que crianças e jovens tomem decisões, enfrentem desafios ou lidem com os próprios erros, os responsáveis dificultam a aquisição de competências fundamentais, como a autoconfiança, a autonomia e a capacidade de resolver problemas de forma independente (Santos; Gomes; Borges, 2025). Tal postura tende a gerar uma dependência prolongada, impac-

tando negativamente a autoestima e dificultando a inserção social e profissional na vida adulta.

O presente trabalho teve como objetivo investigar, por meio da literatura atual, os impactos da superproteção parental na vida de pessoas com deficiência, em especial no ambiente escolar.

MÉTODOS

Esta pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem bibliográfica, compreendida, segundo Martins e Theóphilo (2016, p. 52), como um tipo de investigação que “busca explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas”. Tal metodologia tem como propósito principal conhecer, analisar e explorar as contribuições existentes sobre o tema investigado, constituindo-se em um instrumento essencial para a construção do conhecimento científico.

O delineamento adotado neste estudo baseou-se na análise do estado atual da produção acadêmica sobre a temática em foco (Gil, 2017; Martins; Theóphilo, 2016). A intenção foi reunir reflexões que possam provocar novas interpretações e fomentar discussões relevantes, contribuindo para a formação de compreensões críticas que orientem práticas pedagógicas mais inclusivas no contexto escolar.

A coleta de dados seguiu um processo sistematizado, voltado à identificação de discussões que evidenciam contradições, lacunas e proposições relacionadas à funcionalidade no campo em questão. Esse processo foi estruturado em quatro etapas: (1) levantamento do acervo inicial em bases de dados reconhecidas; (2) leitura preliminar para seleção do material pertinente; (3) leitura seletiva; e (4) leitura reflexiva (Andrade, 2010). Esta última fase, mais aprofundada, exige atenção redobrada e rigor analítico, sendo determinante para a escolha das informações que efetivamente serão incorporadas à pesquisa.

Dentro dessa perspectiva, o estudo contempla os principais autores e correntes que discutem a temática investigada. A seleção das aborda-

gens foi feita a partir de uma leitura criteriosa, permitindo a construção de um olhar aprofundado sobre os aspectos teóricos e práticos envolvidos na discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A condição de pessoa com deficiência no seio familiar condiciona diferentes situações que geram determinadas respostas frente aos desafios a serem enfrentados ao longo da vida (Aguiar; Morais, 2021). Estes, se relacionam a superação de situações que limitam ao ampliar os desafios, a mudança de posicionamentos no meio social perante a deficiência, a busca por melhores condições de vida que possam impactar não só a pessoa com deficiência, mas todas as pessoas que possuem condições diferenciadas, que estejam relacionadas a um tipo de deficiência ou não (Aguiar; Morais, 2021; Garcia, 2008). Dessa maneira, a busca por espaços mais acessíveis e o cumprimento dos direitos já adquiridos para ter a plena participação em todos os espaços sociais, usufruindo de condições necessárias para obtê-los.

Por outro lado, se tem adversidades, relacionadas à condição de Incapacidade, acompanhada com o diagnóstico que influencia no controle excessivo, no medo da exposição ao risco que decorre na negação de experiências sociais e/ou escolares às pessoas com deficiência. De maneira geral, são fatores múltiplos, construídos no meio social, que ampliam os desafios, como as crenças decorrentes do processo histórico, dado os marcadores sociais de eliminação, segregação e exclusão desse público, que foram em parte superados, mas ainda reverberam na contemporaneidade. Outra questão, se detém a formação cultural, fatores econômicos que limitam o acesso a informações, a estruturação familiar para amparar e acompanhá-los, situações que produzem conflitos na convivência saudável e condução de serviços necessários ao longo da vida às pessoas com deficiência e assim limita o suprimento de suas necessidades (Aguiar; Morais, 2021).

Dentre os aspectos, o combate às barreiras atitudinais que permeiam os diferentes espaços e também se constituem no ambiente familiar sobre os resquícios dos fatores supracitados. As simultâneas crises nas famílias ao receberem o diagnóstico e no prosseguir no processo de acompanhamento das pessoas com deficiência no percurso da vida influenciam na superproteção parental. Tal fenômeno, se refere ao processo de criação das pessoas com deficiência pelos familiares, envolvendo-os em um cuidado excessivo para não submetê-las aos desafios, os possíveis riscos ou qualquer tipo de frustração que possam sofrer no meio social (Santos; Gomes; Borges, 2025).

De todo modo, a superproteção parental gera uma série de complicações, referente a ampliação das limitações, dependência emocional e funcional de terceiros. Essa proteção é exercida por meio de forte controle sobre as dimensões física e emocional, embasados em evitar prejuízos (Brandão, 2019). Dessa maneira, não se cria condições para a tomada de decisões, nem lhes é possibilitada a participação na construção dessas decisões e qualquer outro posicionamento sobre a própria vida, deixando-os como coadjuvante nesse processo. Nessa relação, a ideia de fragilidade e incapacidade posta sobre a pessoa com deficiência foi uma construção coletiva que permeia essa conduta, somada a questões de disfuncionalidade condicionada à limitação.

Esse sentimento impossibilita perceber as potencialidades e a identificar mecanismos para o desenvolvimento. Santos, Gomes e Borges (2025) sinalizam consequências negativas como dificuldade para lidar com frustrações, inabilidade para solucionar problemas, dependência em grande parte dos pais e dos familiares, além de autoestima comprometida.

Nesse processo, deixar de oportunizar uma vivência plena, exercendo o seu direito de participação no meio social, iniciando no ambiente familiar reflete em maiores limitações por não criar condições para a resolução de desafios, bem como deixar de expor a situação, restringindo-os dos desconfortos do dia-a-dia e os aspectos embaraçosos restringem a

construção de conhecimento, a não vivência de experiências que nos constituem como indivíduo.

2 IMPACTOS DA SUPERPROTEÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Santos, Gomes, Borges (2025) argumentam que existe uma relação direta entre altos níveis de superproteção e maiores déficits motores, como dificuldades de coordenação motora fina e global, equilíbrio, autonomia e participação em atividades recreativas. Foi constatado que muitos responsáveis restringiam experiências motoras por medo de quedas ou frustrações, reduzindo as oportunidades de socialização e fortalecimento físico. Por outro lado, aulas de Educação Física adaptada durante quatro meses promoveram melhorias significativas na autoconfiança, interesse por atividades, coordenação e equilíbrio, evidenciando o papel essencial dessas práticas para o desenvolvimento.

Figueira (2024) disserta sobre a relação família e escola, destacando que a superproteção de pais de crianças com deficiência, embora frequentemente motivada pelo desejo de proteger e evitar sofrimentos, pode gerar impactos negativos significativos no desenvolvimento e na inclusão social. Ao limitar experiências, interações e desafios, os responsáveis acabam restringindo oportunidades essenciais para a construção da autonomia, da autoconfiança e da capacidade de resolução de problemas. Esse excesso de cuidado reforça a dependência, dificulta a participação ativa em contextos escolares e sociais e, paradoxalmente, aumenta o isolamento. Para que o processo de inclusão seja efetivo, é necessário que famílias e escolas estabeleçam um equilíbrio entre oferecer suporte e permitir que a criança enfrente situações reais, aprendendo com erros, explorando suas potencialidades e desenvolvendo habilidades fundamentais para sua vida adulta.

Rodrigues (2021) alega que embora esse comportamento seja motivado pelo amor e desejo de proteção, pode prejudicar o desenvolvimento

da criança e reforçar estereótipos de incapacidade. No campo social, a restrição de interações com outras crianças e ambientes diversificados dificulta o desenvolvimento da comunicação, da cooperação e da empatia, o que pode ampliar o isolamento e a exclusão social. Do ponto de vista psicológico, a superproteção também impacta diretamente os cuidadores, que tendem a viver em constante estado de vigilância, abrindo mão de sua própria rotina e vida social para assumir integralmente o cuidado. Esse cenário pode gerar sentimentos de culpa, ansiedade e isolamento, além de sobrecarga emocional.

Givigi (2015) esclarece que a superproteção aparece como uma reação frequente de famílias diante do diagnóstico de deficiência. Esse comportamento pode manifestar-se na relutância em deixar o filho sob os cuidados de outras pessoas, no atendimento imediato de todas as suas vontades e no excesso de zelo, que muitas vezes resulta em dependência e dificuldade de autonomia. A superproteção é vista como uma forma de negação da deficiência ou de tentativa de compensar o sofrimento, mas, paradoxalmente, pode reforçar a vulnerabilidade e impedir o fortalecimento das potencialidades da criança, evidenciando a importância de um equilíbrio entre proteção e incentivo à independência.

Como enfatizado, o cuidado se relaciona na oferta de apoio, proteção e condições adequadas para que as pessoas com deficiência tenham uma vivência plena no meio social. Contudo, ofertar segurança, orientar ao longo da vida confunde-se, em muitos casos, com a construção da ideia de incapacidade e assim substituição de ofertar a possibilidade para que o indivíduo tome decisões sobre a própria vida. Esse aspecto associa-se a uma assistência invasiva, considerando a limitação até mesmo direcionada a atividades da vida diária como alimentação, higiene, locomoção não se constitui uma relação de escolha ou respeito às preferências.

Dessa maneira, a construção da autonomia é fortemente prejudicada por não serem conduzidos a desenvolverem competências para fazer escolhas de maneira que possam participar ou ter domínio da própria vida (Givigi, 2015). Esse processo, centrado no cuidado excessivo, gera confli-

tos e prejuízos ao longo da vida, afetando o processo de independência por ficarem por longo tempo submetidos a decisões de terceiros, assim os mantêm na condição de incapacidade, e a pessoas com deficiência incorporar a informação e sentem-se de fato incapacitados (Santos, Gomes, Borges, 2025; Rodrigues, 2021; Figueira, 2024).

A limitação no desenvolvimento da autonomia impacta diretamente a autoestima e a percepção de autoeficácia das pessoas com deficiência, uma vez que a ausência de oportunidades para tomar decisões e lidar com as consequências enfraquece a confiança em suas próprias capacidades. Com o tempo, essa falta de vivência prática em situações de escolha e resolução de problemas reforça a dependência e perpetua estereótipos sociais que associam a deficiência à incapacidade, rompendo um ciclo fundamental para o exercício da cidadania, no qual a autonomia é condição central para que o indivíduo se reconheça como sujeito de direitos e agente ativo em sua comunidade.

Para reverter esse cenário, é essencial que as práticas educacionais, familiares e institucionais sejam pautadas em estratégias que incentivem a participação ativa das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da vida cotidiana, envolvendo desde a adaptação de ambientes e recursos, até a promoção de experiências reais que permitam o exercício da tomada de decisão, do planejamento e da resolução de problemas. Ao se investir nesse processo, cria-se um ambiente propício para a construção gradual da independência e para a consolidação de um papel social mais ativo, rompendo com a lógica assistencialista e abrindo espaço para que a autonomia seja vivida de forma concreta e significativa.

Na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência o paradigma de vida independente, somado à inclusão social foi pauta como propósito para a vida humana com qualidade, constituindo-se em elemento para a construção da autonomia, respeito aos direitos humanos. A reordenação de paradigma adotando o modelo social da deficiência apresentou as barreiras ambientais enquanto limitação, impeditivas de uma vida plena

das pessoas com deficiência, as quais devem ser oferecidas condições para participação social e qualidade de vida.

A reordenação do conceito de deficiência, antes direcionado pelo modelo médico, ao passar para o modelo social da deficiência começa um movimento para retirar o déficit do centro do processo, ou seja, este deixa de ser o elemento causador dos desafios e passa a ser as barreiras sociais os elementos que prejudicam a plena participação dos seres humanos no meio social, sejam eles com deficiência ou não. Nesse processo, equilibrar cuidado e autonomia é um dos fatores essenciais para a construção de pessoas ativas, autônomas de maneira a elevar o nível de independência.

O trabalho conjunto entre família e escola é fundamental para o desenvolvimento da autonomia em pessoas com deficiência. A escola oferece um espaço de aprendizado e convivência social onde o estudante pode experimentar desafios e conquistar independência, enquanto a família é o ambiente que mais influencia as atitudes e comportamentos desde os primeiros anos de vida (Aguiar; Morais, 2022). Quando esses dois contextos dialogam e alinham suas ações, é possível criar uma rede de suporte que valoriza a capacidade da pessoa com deficiência em aprender, decidir e agir por si mesma, essa colaboração deve acontecer por meio de reuniões periódicas, troca de informações e envolvimento dos pais nas atividades escolares.

Pais e professores podem compartilhar as dificuldades enfrentadas e as estratégias que funcionam para estimular a autonomia. É importante que a escola ofereça orientações específicas para a família sobre como evitar a superproteção, mostrando caminhos para os filhos desenvolverem habilidades para resolver problemas, lidar com frustrações e participar ativamente do seu cotidiano.

Quando família e escola trabalham juntas, o processo de formação da autonomia é mais consistente, porque há uma continuidade nas práticas e valores que são transmitidos ao estudante. Essa unidade fortalece o senso de confiança e segurança da pessoa com deficiência, ao perceber

que diferentes pessoas em sua vida acreditam em seu potencial, contribuindo para que ela tenha mais iniciativa e coragem para enfrentar os desafios fora do ambiente familiar (Fernandes, 2021).

Os serviços de apoio, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), assistência social e serviços de saúde, têm papel essencial no suporte às famílias e pessoas com deficiência. Esses serviços funcionam como pontes entre a família, a escola e a comunidade, oferecendo atendimento personalizado que considera as necessidades específicas de cada caso, promovendo intervenções para o desenvolvimento das capacidades da pessoa com deficiência, eles também atuam no acolhimento das famílias, auxiliando os pais a lidarem com as dificuldades e dúvidas que surgem durante o processo (Aguiar; Morais, 2022).

O acompanhamento dos profissionais desses serviços inclui orientações sobre práticas que favorecem o crescimento da autonomia da pessoa com deficiência. Muitas vezes, a superproteção dos pais vem do medo do desconhecido ou da falta de informação. Por isso, a atuação dos serviços de apoio é fundamental para esclarecer sobre as possibilidades reais de desenvolvimento e para mostrar que o estímulo à independência é um caminho seguro e necessário. Esses profissionais também ajudam a identificar e enfrentar obstáculos que podem estar impedindo o avanço da autonomia, seja na escola, na comunidade ou no próprio ambiente familiar (Aguiar; Morais, 2022).

Ademais, esses serviços podem promover grupos de apoio e encontros com outras famílias, criando espaços de troca de experiências e fortalecimento. Essa rede social faz com que os pais percebam que não estão sozinhos e que é possível aprender a lidar com a deficiência de maneira positiva. A orientação recebida nessas ocasiões contribui para reduzir o medo excessivo e a ansiedade que alimentam a superproteção, abrindo caminho para que as famílias assumam uma postura mais confiante e estimulante para o crescimento pessoal de seus filhos.

As políticas públicas de inclusão desempenham um papel importante na transformação da forma como a sociedade percebe e trata as

peças com deficiência. Elas buscam garantir o acesso a direitos básicos como educação, saúde e assistência social, mas também têm o desafio de promover mudanças culturais profundas (Araújo, 2021). A partir dessas políticas, o foco passa a ser a participação plena das pessoas com deficiência na vida social, cultural, econômica e política, em vez da simples proteção ou assistência.

Essas políticas incentivam criar ambientes acessíveis e adaptados, além de promoverem práticas pedagógicas que valorizam a autonomia e a capacidade de decisão dos estudantes com deficiência. O objetivo é que essas pessoas possam exercer sua cidadania ativamente, com oportunidades para aprender, trabalhar, conviver e contribuir para a sociedade. Ao estabelecer essas diretrizes, as políticas públicas também influenciam os profissionais da educação e de outros setores a repensarem suas abordagens e atitudes, abandonando conceitos ultrapassados que reforçam a dependência (Araújo, 2021).

Além disso, tais políticas atuam como instrumentos para a redução das barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que historicamente marginalizaram esse público, incentivando práticas mais inclusivas em diferentes setores da sociedade, orientando a criação de programas e serviços que valorizem a diversidade humana e fomentem a equidade, reconhecendo as pessoas com deficiência como protagonistas de suas próprias trajetórias. Nesse sentido, a efetividade dessas políticas depende não só da implementação de medidas legais e estruturais, mas também do compromisso coletivo em consolidar uma cultura de respeito, reconhecimento e valorização das diferenças.

Por fim, as políticas de inclusão também buscam envolver as famílias e a comunidade nesse processo de mudança cultural, promovendo campanhas de conscientização e capacitação, ampliando a compreensão sobre a importância de respeitar as diferenças e incentivar a participação social de todos. Dessa maneira, contribuem para construir uma cultura onde as pessoas com deficiência são vistas como sujeitos de direitos e

agentes de transformação social, fortalecendo a ideia de autonomia e protagonismo no seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da superproteção parental frente à pessoa com deficiência evidencia que, embora motivada por sentimentos legítimos de cuidado, amor e preocupação, essa prática pode representar um obstáculo significativo ao desenvolvimento integral do indivíduo. A partir de uma perspectiva fundamentada no modelo social da deficiência, compreende-se que as limitações enfrentadas por essas pessoas não se restringem a aspectos biológicos, mas estão profundamente enraizadas nas barreiras sociais, culturais e atitudinais impostas pelo meio. Nesse sentido, a superproteção, ainda que originada de intenções positivas, contribui para a manutenção dessas barreiras ao impedir que a pessoa com deficiência vivencie experiências fundamentais à construção de sua autonomia e identidade.

Ao longo do trabalho, observou-se que a superproteção interfere diretamente nos processos de desenvolvimento emocional, social e funcional da pessoa com deficiência. A restrição de oportunidades para enfrentar desafios, tomar decisões e participar ativamente do cotidiano gera consequências como baixa autoestima, insegurança, dependência afetiva e dificuldades em construir relacionamentos interpessoais. Esses impactos são especialmente evidentes no ambiente escolar, onde o estímulo à autonomia e à participação social deveria ser promovido de maneira contínua e integrada. Quando a vivência escolar é limitada pela interferência parental excessiva, perde-se um espaço valioso de aprendizado e socialização.

Outro ponto abordado foi a necessidade de uma atuação colaborativa entre família, escola e os serviços de apoio. A construção de uma rede de suporte que valorize o potencial da pessoa com deficiência passa pelo rompimento de paradigmas ultrapassados, que reforçam estigmas e visões

de incapacidade. Cabe à escola, juntamente com os profissionais do AEE, assistência social e saúde, orientar e apoiar as famílias, fornecendo informações e estratégias que contribuam para o estímulo à independência. A família, por sua vez, precisa ser encorajada a reconhecer as capacidades de seus filhos, permitindo-lhes vivenciar desafios e construir uma trajetória de vida mais autônoma.

Por fim, destaca-se o papel das políticas públicas de inclusão como elementos estruturantes para a transformação das práticas sociais e educacionais. Essas políticas não devem se limitar a garantir o acesso a direitos, mas devem também promover uma mudança cultural profunda, que inclua a valorização da diferença e a promoção do protagonismo das pessoas com deficiência. Somente a partir de uma abordagem integrada, que envolva o ambiente familiar, escolar e comunitário, será possível construir caminhos efetivos para a inclusão, fortalecendo a autonomia, a cidadania e o reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos ativos na construção de suas histórias e contribuições à sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luana Adriano. O BPC a partir do modelo social de deficiência e da abordagem DAS CAPACIDADES. **Revista Científica do UniRios**, 2021. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/98/98>. Acesso em 21 de julho de 2025.

BARBOSA, Lívia; DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson. **Diversidade corporal e perícia médica: novos contornos da deficiência para o Benefício de Prestação Continuada**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 8, n. 2, p. 377-390, 2009.

BRASIL, Lei Brasileira de Inclusão. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 21 de julho de 2025.

BRANDÃO, Diéferson Artur. Transtorno de pânico e relações com a superproteção parental. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 4, n. 8, p. 321-334, 2019.

TIBYRIÇÁ, Renata Flores; MENDES, Enicéia Gonçalves. O modelo social da deficiência e as decisões do TJ/SP: análise a partir de demandas por profissional de apoio. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Corumbá, v.29, e0052, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-65382023000100321&script=sci_arttext. Acesso em 21 de julho de 2025.

Augusto, Maria Aparecida Pereira de Castro; Chacon, Miguel Cláudio Moriel. DIFERENTES ENFOQUES DAS RELAÇÕES FAMILIARES: SUPERPROTEÇÃO E ABANDONO. **VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em EDUCAÇÃO Especial**, Londrina de 08 a 10 novembro de 201. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/familia/123-2011.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2025.

AGUIAR, Mariana Pinheiro Pessoa de Andrade; MORAIS, Normanda Araújo de. Processos de Resiliência Familiar Vivenciados por Famílias com uma Pessoa com Deficiência. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. e9191, 2022. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/9191>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRANDÃO, Diéferson Artur. Transtorno de pânico e relações com a superproteção parental. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 4, n. 8, p. 321-334, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/18669>. Acesso em: 04 ago. 2025.

FIGUEIRA, Emílio. A Superproteção de Pais de Crianças com Deficiência no Ambiente Escolar, Social e Seus Impactos na Inclusão e Autonomia. **Emílio Figueira**, 2024. Disponível em: <https://www.emiliofigueira.com.br/2024/08/a-superprotecao-de-pais-de-criancas-com.html>. Acesso em: 13 ago. 2025.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. Família, escola e pessoa com deficiência. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 54, p. 408-421, jul. 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052018000300408&lng=p_t&nrm=iso. Acessos em 08 ago. 2025.

FIAMENGHI JUNIOR, Geraldo Antônio.; MESSA, Alcione Aparecida. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 2, p. 236-245, 1 jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/G88Kn76nWhwGZrCddBgkTMF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GARCIA, Silvana Canalhe. A resiliência no indivíduo especial: Uma visão logoterapêutica. **Revista Educação Especial**, 31, p. 25-36, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/7>. Acesso em: 04 Agos. 2025. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PICCOLO, Gustavo Martins. Pelo direito de aprender: contribuições do modelo social da deficiência à inclusão escolar. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 38, e36926, 2022. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982022000100172&lng=p t&nrm=iso. Acesso em: 18 jul. 2025.

SANTOS, Rodrigo Coutinho; GOMES, Maria Rosilene Maués; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. O prejuízo da superproteção no desenvolvimento motor das crianças com necessidades educativas especiais: análise da conduta de pais e responsáveis em um centro de educação especial de Macapá-Amapá. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e7170, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n1-040. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7170>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SILVEIRA, Andressa da; NEVES, Eliane Tatsch; PAULA, Cristiane Cardoso de. Cuidado familiar das crianças com necessidades especiais de saúde: um processo (sobre)natural e de (super)proteção. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 22, n. 4, p. 1106-1114, Dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072013000400029&lng=en &nrm=iso. Acesso em: 25 Mar. 2021.

RODRIGUES, Maurício da Silva. **A superproteção familiar em crianças com deficiência e seus fatores na perspectiva da Psicologia**. 2021. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade Anhanguera, São José, 2021.

GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento et al. Implicações de um diagnóstico: o que sentem as famílias dos sujeitos com deficiência? **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 445-453, set. 2015.